



## REFLETINDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS DO CAMPO A PARTIR DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS

SANTOS, Valéria Prazeres dos<sup>1</sup>

SANTOS, Arlete Ramos dos<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho objetiva fazer uma reflexão sobre a gestão escolar democrática na Educação do Campo, para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica e análise dos dados da pesquisa intitulada: “As políticas educacionais do PAR em municípios da Bahia”, que tem como objetivo analisar com base nos dados coletados junto às secretarias municipais de educação dos municípios de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista, e membros da comunidade escolar dos referidos municípios, sobre os impactos das políticas educacionais do PAR, nas escolas do campo, alcançados no recorte temporal de 2010 - 2015. Quanto à metodologia, o artigo conta com o suporte teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético em uma abordagem metodológica quali-quantitativa. Os resultados da pesquisa apontam para um reexame da ideia que se faz de democracia no ambiente escolar, uma vez que os dados apontam para uma realidade distante daquilo que consiste na democracia.

**Palavras-Chave:** Democracia. Educação do Campo. Gestão escolar democrática.

### INTRODUÇÃO

Este artigo visa discutir dados acerca da Gestão Democrática nas Escolas do Campo, tomando como referência a análise de uma pesquisa realizada sobre o impacto do Plano de Ações Articuladas (PAR) nas escolas do campo de três municípios da Bahia, a saber: Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna<sup>3</sup>.

O *Plano de Ações Articuladas – PAR* – é uma das ações previstas no Plano de Metas todos Pela Educação, criado em 2007, no governo Lula, pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, ele está articulado ao Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). Pretende-se, na

---

<sup>1</sup>Mestranda em Educação pela UESC; Especialista em Coordenação Pedagógica – FSC; Integrante do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo, o qual está inserido no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas – CEPECH do Departamento de Ciências da Educação – DCIE da UESC – BA. Email: prof.valeriah@gmail.com

<sup>2</sup>Profa. do Programa de pós-Graduação em Educação Básica da UESC; Profa. do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB; Profa. Adjunta do Departamento de Ciências da Educação da UESC; Pós-doutorado em Educação e Movimentos Sociais pela UNESP; Doutora em Educação pela FAE/UFMG; Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas – CEPECH; Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo – GEPEDDEC.

<sup>3</sup> Pesquisa realizada com financiamento do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB), pelo Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo (GEPEDDEC), inserido no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas – CEPECH do Departamento de Ciências da Educação – DCIE da UESC – BA.



constituição do PAR, a cooperação entre a União, estados e municípios de uma forma que respeite a autonomia entre os entes federados.

Por meio do mesmo decreto, a União oferta o apoio técnico e financeiro aos entes federados para que assim sejam cumpridas as metas e diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a partir das seguintes dimensões: gestão educacional; formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; e infraestrutura física e recursos pedagógicos. É por meio do PAR que os municípios assumem o compromisso com as metas tendo como objetivo a melhoria da qualidade da educação no país.

Segundo Santos (2010) o PAR compromete os entes federados a pensar a sua política, desconstruindo as ações imediatistas das secretarias municipais de educação “apontando a necessidade de se convocar a sociedade civil para ser protagonista do processo democrático” (IBDEM, p.203). Isso se dá porque a construção do PAR necessita da participação da comunidade local para as tomadas de decisões, principalmente, por meio dos conselhos escolares.

Entretanto, muitas vezes, a gestão não recebe a formação adequada para fazer com que a participação da comunidade escolar seja efetiva e realmente emancipatória, ficando, muitas vezes, essa participação restrita a receber as demandas e decisões já prontas e apenas assinar as atas. Compreendendo gestão democrática como uma ferramenta de transformação social, entende-se que a mesma se faz distante do ideário capitalista, uma vez que este visa manter a desigualdade para concentrar nas mãos de poucos os benefícios da classe dominante. Para Santos (2014, p.201),

A gestão participativa e democrática, na ótica da classe trabalhadora, não deve buscar seguir o propósito neoliberal, mas sim, adequar os seus objetivos de forma que beneficie os trabalhadores. Todos participam da tomada de decisões e, dividindo tarefas, e têm como ponto central a relação orgânica entre direção e todos os envolvidos na instituição.

Assim, a gestão escolar democrática deve contar com a participação de todos que fazem parte da comunidade escolar, afastando-se dos ideais neoliberais de individualismo e tomar para si o ideal político de mudança de realidade para que sejam repensadas as práticas autoritárias presentes ainda hoje nas escolas.

O recorte desse trabalho foi feito com um olhar para a educação do campo, por compreendê-la como um espaço de lutas e participação dos movimentos sociais,



todavia, percebe-se também que a realidade da maioria das escolas do campo do nosso país, tem a gestão democrática como algo distante por todo o processo de esquecimento que esse público teve ao longo dos anos. Nesse sentido, optamos por fazer uma breve contextualização sobre a democracia e a gestão democrática, trazendo autores como Chevalier (1982), Marx (1995), Engels (2002), Carnoy (1988), Chauí (1980), Bordenave (1994). E em seguida, apresentamos os dados da pesquisa.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa configura-se como quali-quantitativa caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos. Segundo Minayo (2011, p.22) “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” e quantitativas, pois a pesquisa também se debruçará sobre os resultados numéricos, objetivando quantificar a fim de atribuir significado ao que foi pesquisado. Para a Minayo (2011), o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

O método que subsidia as análises é o materialismo histórico-dialético. Compreendemos que o método em questão é o que melhor trata da realidade em sua totalidade. Para isso utilizaremos as categorias dialéticas de totalidade, práxis, contradição e mediação.

A pesquisa teve como lócus os municípios de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista, ambas localizadas em território baiano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE, as cidades fazem parte das mais populosas do estado, ocupando, na estimativa para 2017, as seguintes colocações: 7ª (sétima), Ilhéus, com 176.341 habitantes (Cento e setenta e seis mil e quarenta e um); 5ª (quinta) Itabuna com 221.046 habitantes (duzentos e vinte e um mil e quarenta e seis); 3ª (terceira), Vitória da Conquista com 348.718 habitantes (trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e dezoito).

Para verificar o resultado obtido com a implementação das políticas educacionais do PAR, tanto do ponto de vista das secretarias municipais como na visão dos sujeitos da comunidade escolar, foram aplicados questionários apenas com professores que atuam na Educação do Campo dos referidos municípios: 29 (vinte e nove) em Ilhéus; 22 (vinte e dois)



em Itabuna e 33 (trinta e três) em Vitória da Conquista, perfazendo o total de 89 (oitenta e nove) entrevistas.

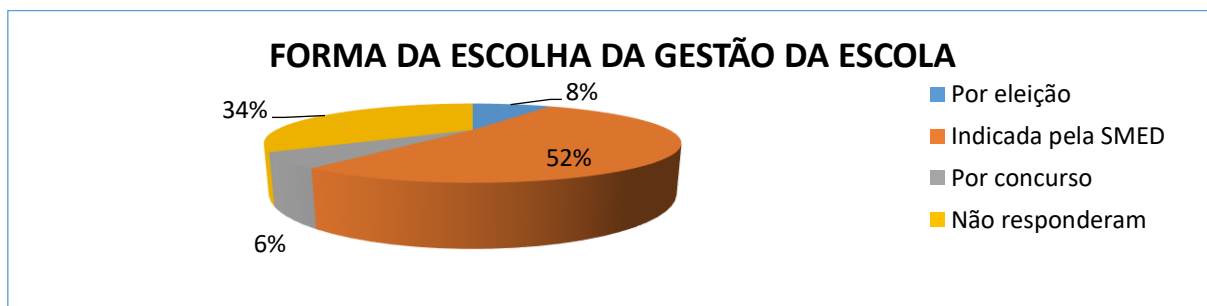
Após os questionários, as respostas foram agrupadas e distribuídas em gráficos de duas formas: 1 – gráficos com os resultados de cada município; 2 – gráficos com a média total dos três municípios, para este trabalho optamos apenas pelos gráficos com a média total. Salientamos que escolhemos apenas os dados das questões destes questionários que versam sobre a gestão escolar para apresentar nesse artigo.

### Resultados da pesquisa

A partir dos dados coletados, tendo como referência, apenas alguns aspectos demonstrados nos questionários no tocante à gestão escolar, apresentamos os elementos e discussões que se seguem.

A primeira indagação usada aqui se refere à forma de escolha da gestão da escola, cujo questionamento obteve o seguinte resultado: por eleição: 8%, Indicada pela SMED: 52%, Por concurso: 6%, Não responderam: 34%.

Gráfico 1 – Forma de escolha da gestão da escola.



**Fonte:** Dados elaborados pelas autoras a partir da pesquisa de campo (2016).

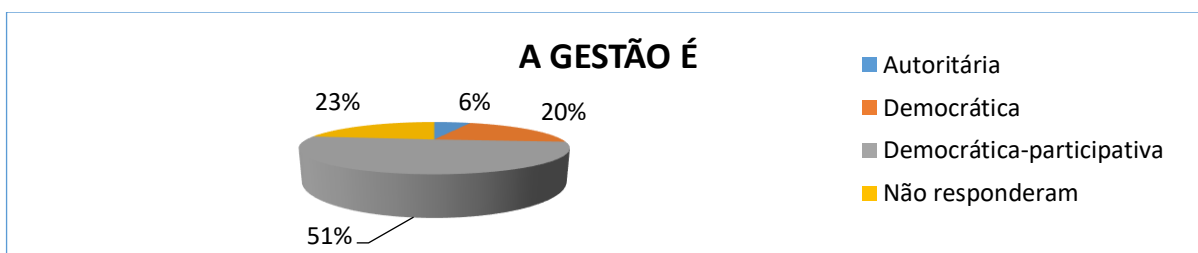
Percebemos no Gráfico 1 que a forma predominante de escolha da gestão escolar nos municípios pesquisados ainda é a indicação pela Secretaria Municipal de educação, uma vez que 52% dos sujeitos são indicados. Tal dado evidencia um descompasso frente ao que está posto na LDB nº 9.394/96, pois ao ser indicado, os gestores nem sempre terão autonomia preconizada no texto legal, em seu Art. 15: “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público” (BRASIL, 1996).



As formas mais marcantes da autonomia na gestão escolar têm sido concretizadas por meio das eleições de diretores, criação de conselhos escolares e reuniões de pais. Apesar de esses mecanismos representarem um avanço, eles têm se mostrado insuficientes para arrancar o controle do Estado sobre a educação.

Quando perguntados sobre como é a forma de gestão, a resposta foi a seguinte: Autoritária: 6%; Democrática: 20%; Democrática-participativa: 51%; Não responderam: 23%.

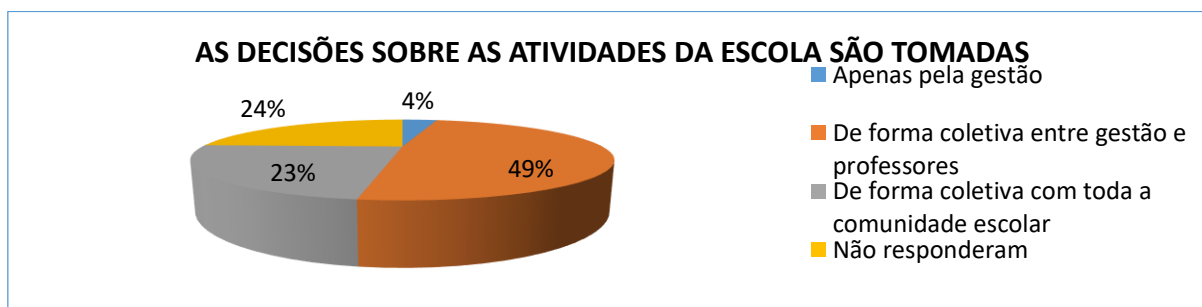
Gráfico 2 –Forma de gestão escolar.



Fonte: Dados elaborados pelas autoras a partir da pesquisa de campo (2016).

Os dados do gráfico 2 demonstram que para os sujeitos da pesquisa existe nas escolas do campo dos municípios pesquisados, a existência de uma gestão democrática (20%), ou ainda democrático-participativa (51%). Entretanto, observamos que os sujeitos não compreendem que essa forma de gestão tem como pressuposto a garantia da participação de toda a comunidade escolar. Pois ao serem questionados por quem são tomadas as decisões da escola, um dado chamou atenção, uma vez que na maioria das vezes as decisões são tomadas pelo professor e diretor. Seguem os números: Apenas pela gestão: 4%, De forma coletiva entre gestão e professores: 49%, De forma coletiva com toda a comunidade escolar: 23%, Não responderam: 24%

Gráfico 3 – Sujeitos que tomam as decisões da escola.



Fonte: Dados elaborados pelas autoras a partir da pesquisa de campo (2016).



O fato de alguns professores ainda retratarem a existência de gestão autoritária e de as decisões serem tomadas, na maioria dos casos, pelos professores junto com a direção (49%), conforme demonstra o Gráfico 3 destoa de uma prática democrática, porque não inclui os alunos, pais, demais funcionários e comunidade na tomada de decisões.

A gestão autoritária não ocorre apenas quando o Estado se utiliza da máquina burocrática para exercer seu poder ou quando há abuso de autoridade administrativa de modo direto. O autoritarismo se dá também, e em especial, quando o Estado deixa de prover a escolha de recursos necessários à realização de seus objetivos (PARO, 2001).

Observa-se de acordo com os dados evidenciados, que a gestão escolar enfrenta as contradições sociais, por meio dos mecanismos de poder e dominação, devido ao fato de estar imersa à lógica do sistema capitalista, sendo submetida a normatização das escolas públicas e nos instrumentos de base racional-legal necessário para a legitimidade da educação na sociedade civil. A práxis de que trata nesse contexto é historicamente determinada e unilateral, é a práxis utilitária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições que sobre ela se ergue (KOSIK, 1995, p. 10).

Essas informações, por si só, não são capazes de fazer um levantamento preciso sobre a gestão democrática nas escolas do campo dos municípios estudados, contudo conseguem transmitir um retrato de que há ineficiências na compreensão de gestão democrática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar gestão democrática na educação do campo ainda consiste em um grande desafio, pois o descaso de séculos ainda reverbera, desde a escolha de funcionários, até estrutura das escolas e questões de regulação governamental, todavia as escolas do campo são lugares de luta. Acabar com a história de descaso e de extermínio da educação do campo ainda é necessário, uma escola mais forte perpassa pelos princípios da gestão democrática, para isso, é preciso enfrentar a lógica do capital. Estimular a criação de colegiados, a participação de alunos, inserir e abrir as escolas para a comunidade.

O sentimento de pertença da escola não pode ficar restrito aos diretores, mas a toda a comunidade escolar que deve estar ciente de seus papéis e preocupar-se com ele. Trabalhar em prol de uma educação horizontal, não de baixo para cima. É nítido que ainda há muito



para avançar para que a gestão democrática da educação deixe de constar apenas na lei e passe a ser incorporada na prática social da escola. Ela constitui um caminho para a melhoria do ensino e da transformação social, tão necessária para melhores condições de vida, para a tomada de consciência do homem sobre o seu papel ontológico com participação ativa na construção da sociedade.

As análises aqui apresentadas nos fizeram perceber que as políticas públicas educacionais brasileiras no que se refere à gestão democrática-participativa são coadjuvantes para a melhoria da qualidade do ensino, e requer um trabalho conjunto entre os entes federados, bem como o planejamento coletivo necessário. Entretanto, reconhecemos que os dados aqui apresentados fazem parte dos fenômenos depreendidos das contradições presentes na sociedade capitalista, influenciada pelo mercado, que no momento atual, apresenta como alternativa a centralização e controle do Estado e regulação e controle em todo o território brasileiro, consistindo, a Educação do Campo, em parte desse contexto.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_.Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 6. ed. Paz e Terra: Paz e Terra, 1995.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da escola pública**. 3ª ed .São Paulo: Ática. 2001.

SANTOS. A. R. dos. **Ocupar, Resistir e Produzir, também na educação!** O MST e a Burocracia Estatal: negação e consenso. Jundiaí, Paco editorial. 2014.